



CONFAP - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS

Rua Carlos José Barreiros, N.º 16 Cave

1000-088 LISBOA

Telefone: 218 471 978 - Fax: 218 471 980

Site: www.confap.pt

E-mail: geral@confap.pt



Relatório de Acompanhamento Final da Implementação das AEC

I-Considerações Gerais

- A. As Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC), sucedem-se a um conjunto de iniciativas levadas a cabo por diversas entidades, entre as quais as Associações de Pais, que nas escolas e através do seus Centros de Actividades de Tempos Livres (CATL) garantiram durante mais de uma dezena de anos a permanência dos alunos após o tempo lectivo, assegurando o acesso a actividades lúdicas, desportivas e de reforço de aprendizagens;
- B. A universalidade no acesso a estas actividades nunca foi atingido quer pelo regime de funcionamento das escolas, que no caso dos horários duplos impedia a existência de espaços livres para a aceitação de todos os alunos, quer por falta de entidades promotoras, quer, sobretudo, por falta de financiamento, o que implicava dificuldade de muitas das famílias em assegurar o pagamento exigido, acabando por determinar um conjunto de desigualdades entre os alunos;
- C. As AEC traduzem-se numa iniciativa meritória que deve ser acompanhada pelas famílias devendo ser assumidas como um factor qualitativo no percurso escolar dos seus educandos pelo que os valores inscritos no Relatório vão ao encontro das expectativas da CONFAP permitindo a sua associação directa ao sucesso da iniciativa, capitalizando a seu favor e aparecendo como a voz que pretende obter melhor informação porque está interessada na optimização de recursos e na qualidade da oferta;

II. Acompanhamento da Execução do Programa

Tendo como objectivo inicial a perspectiva das famílias, agentes que têm reclamado há muito a adopção de medidas sócio-educativas e de lazer que simultaneamente se assumam com uma função de acolhimento e de desenvolvimento pessoal, social e cultural, a solução apresentada no Despacho foi acompanhada ao longo destes meses, tendo sido detectados os vários desvios que foram surgindo e avaliadas as diversas alternativas encontradas para ultrapassar as dificuldades de operacionalização do programa.

No âmbito do dispositivo de acompanhamento da execução do programa de generalização do inglês e de outras áreas de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico, com vista à recolha de informação sobre o seu funcionamento, particularmente no domínio pedagógico, prevê-se a

realização de uma 2ª **visita de acompanhamento** que contempla a realização de uma “**mesa-redonda**” com membros da comunidade educativa envolvidos no processo.

A síntese de conclusões que se apresenta pretende condensar as principais ideias que se extraíram das várias reuniões, iniciativas e mesas redondas em que estiveram presentes os representantes da CONFAP, salientando que, apesar dos benefícios e das dificuldades encontradas, deve ser tida em consideração a realidade de cada agrupamento, que é diversa de Concelho para Concelho ou, quando dentro do mesmo Concelho, de escola para escola.

De um modo geral reiterou-se a constatação da satisfação da comunidade escolar pela iniciativa do Estado promover e financiar um conjunto de actividades complementares ao Currículo do 1º Ciclo do Ensino Básico.

Aspectos estruturais

No que respeita aos aspectos estruturais, as lacunas constatadas aquando as 1ªs visitas de acompanhamento foram em certa medida evidenciadas de novo, uma vez não se terem reunido as condições básicas necessárias para que, em tempo útil, se pudessem superar os diversos constrangimentos no sentido de colmatar as deficiências detectadas.

1 - Condições físicas dos espaços onde têm lugar as actividades

Continuou-se a verificar:

- a) A existência de um número elevado de escolas a funcionar em regime duplo.
- b) A manifesta escassez de estruturas físicas que garantam a implementação do programa, sobretudo nas escolas onde funciona o regime duplo.
- c) A não inclusão dos equipamentos existentes na rede social e conseqüente envolvimento das instituições, que permitiria a rentabilização de salas para as actividades e transportes.

2 - Deslocação geográfica de alunos para frequentarem as actividades

Continuou-se a verificar

- a) A deslocação diária das crianças, quer por via pedonal quer em transporte rodoviário, determinado pela falta de espaços físicos.
- b) Alguma inadequação dos tempos das respectivas viagens, submetendo as crianças a longos períodos de permanência no trajecto efectuado.

3 - Horário de funcionamento das actividades

Continuou-se a verificar

a)A existência de horários pouco satisfatórios para as famílias, em especial nas escolas em regime duplo, sobretudo quando associados à inexistência da Componente de Apoio à Família.

4 - Constituição das turmas

Continuou-se a verificar

a)A falta de integração das crianças com necessidades educativas especiais.

5 - Mobilização dos recursos humanos

Continuou-se a verificar

a)A falta de recursos no que se refere à afectação das auxiliares de acção educativa necessárias ao acompanhamento das crianças entre as actividades de enriquecimento curricular e nos intervalos.

b)Uma forte desresponsabilização de cada um dos intervenientes na afectação dos recursos necessários ao bom funcionamento das actividades salvaguardando sempre a segurança das crianças.

c)Uma maior capacidade de resposta, nomeadamente, no que concerne à afectação de recursos de apoio às actividades e de substituição dos professores em falta nas actividades de enriquecimento curricular nas escolas em que as entidades executoras do programa de enriquecimento curricular asseguram, simultaneamente, a componente de apoio à família.

6 - Mobilização dos recursos materiais

Continuou-se a verificar

a)Em algumas autarquias uma insuficiente dotação financeira face às necessidades específicas detectadas, nomeadamente no que respeita à resolução dos problemas levantados pelas escolas de regime duplo, escolas isoladas, ou equipamentos insuficientes para a prática das actividades.

b)A forma irregular na disponibilização de recursos materiais necessários ao desenvolvimento das actividades. Registaram-se em algumas escolas a inexistência de material desportivo e musical o que comprova claramente uma omissão inequívoca do cumprimento do currículo escolar.

c)A solicitação às famílias de diversas participações para apoio ao desenvolvimento das actividades, o que contraria o princípio de gratuidade destas actividades, imposto pelo despacho.

7 - Articulação entre parceiros

Continuou-se a verificar

a) Uma falta de articulação entre parceiros muito embora se registasse uma maior preocupação na partilha de informações e de vivências entre todos os intervenientes no processo.

b) A ausência de envolvimento das Associações de Pais no processo de implementação das AEC's, nomeadamente na introdução de correcções e alterações aos percursos inicialmente traçados, exceptuando-se os casos em que aquelas são promotoras e executoras.

8 - Componente de Apoio à Família

a)As Associações de Pais sempre estiveram, da mesma forma que as IPSS, as Mutualidades e as Misericórdias, a gerir Centros de Actividades de Tempos Livres, colmatando lacunas existentes na escola pública e nunca resolvidas pelo Estado. No entanto, nunca tiveram participações financeiras atribuídas, sendo os encargos das crianças suportados na íntegra pelos pais, pelo que se constata uma assimetria nas participações familiares na Componente de Apoio à Família.

b)A alteração da lei das AP, aprovada em Julho de 2006, visava a possibilidade de as AP organizarem actividades de enriquecimento curricular e de apoio à família não tendo sido no entanto contemplada a sua equiparação a Instituição Particular de Solidariedade Social, o que poderia permitir a candidatura a subsídios atribuídos pelo Ministério do Trabalho e Solidariedade Social.

c)Com a implementação do despacho 12591/06, à semelhança das outras instituições que prestavam o serviço de ATL, as AP foram arredadas do processo de candidatura uma vez que as autarquias assumiram-se como entidades promotoras/executoras, não permitindo, na generalidade dos casos, a efectivação de protocolos de execução com as entidades que tinham provas dadas no terreno.

d)No entanto, ao longo do ano 2006-07, obrigando o Despacho à obrigatoriedade de oferta das AEC, nas escolas onde não existia a prática de ATL, foram, em muitos casos as AP que supriram as necessidades de recursos humanos para o acompanhamento das crianças no período de enriquecimento curricular e na componente de apoio à família dado o peso significativo que ao longo do ano lectivo recai sobre a componente de apoio à família, a qual corresponde a mais de 2/3 do tempo.

e)O elevado esforço na contratação de pessoal que assegure o acompanhamento das crianças e o desenvolvimento de actividades alternativas nesse período, provoca, no caso das AP's. que a componente de apoio à família continue a ser assumida integralmente pelas famílias, o que reflecte um tratamento desigual perante outras entidades promotoras/executoras.

f)A frequência das AEC's passa pela existência de serviços que complementem a ocupação diária dos alunos face à inevitável ausência de políticas de família assentes na conciliação entre vida familiar, profissional e escolar, conferindo tempo aos pais para que estes possam estar efectivamente presentes no acompanhamento dos seus filhos.

g)Reforça-se a necessidade de o sistema de refeições financiadas pelo Ministério da Educação aos períodos de interrupção lectiva, garantindo assim uma resposta directa às famílias mais carenciadas e permitindo que as crianças permaneçam na escola nesses períodos.

h)Às Associações de Pais não é exequível que, para resolver o problema de financiamento da componente de apoio à família, se transformem sistematicamente em IPSS, pois desvirtua não só o seu objecto bem como a essência da sua existência, não só pelas obrigações fiscais mas também pelo envolvimento de carácter social. As Associações de Pais são instituições geridas directamente pelas famílias pelo que a sua intervenção no processo educativo das crianças e dos jovens é a mais aproximada com o modelo de educação parental prevista no sistema educativo.

i)Verifica-se adicionalmente a necessidade de ser criada uma linha de financiamento específica para a participação das famílias na Componente de Apoio à Família (CAF) organizada pelas Associações de Pais, por autarquias e instituições sem protocolos de cooperação com a Segurança Social, que permita uma equidade na frequência das famílias abrangidas por estas entidades evitando situações de exclusão social por falta de recursos financeiros.

j)A integração das crianças com necessidades educativas especiais deverá ser salvaguardada, nomeadamente no que concerne à afectação dos vários apoios humanos e recursos materiais que garantam o acesso pleno, em condições de segurança e bem-estar emocional, na Escola a Tempo Inteiro.

II. Aspectos Dinâmicos

1 - Articulação curricular com os órgãos e estruturas da Escola/Agrupamento responsáveis pelo desenvolvimento e gestão do currículo

a) Registou-se ainda uma deficiente integração destes professores nas estruturas educativas existentes no Agrupamento a qual, a existir, facilitaria a acção de coordenação das actividades de enriquecimento curricular, enquadrando-as de forma a não haver sobreposição com as actividades curriculares.

b) Assinalou-se ainda uma dinâmica rígida e demasiado formatada aos tempos curriculares, que incluía momentos de avaliação dos alunos e entrega da apreciação global aos pais e encarregados de educação.

c)Sendo observada a transferência para enriquecimento curricular de áreas específicas contempladas na componente curricular, a análise comparativa entre os sumários das áreas das expressões nos tempos curriculares e os registos escritos efectuados pelos professores das actividades de enriquecimento curricular teria permitido um estudo criterioso conducente a possíveis alterações do modelo proposto no despacho

d) A constatação efectuada aquando as 1^{as} visitas de acompanhamento da existência de um número considerável e de expressão relevante de "outras actividades" levou a proceder-se ao seu devido acompanhamento de implementação pelo que a análise dos dados recolhidos pelas DRE's conduzirá certamente à extracção de conclusões relativamente ao impacto resultante do funcionamento destas actividades.

2 - Envolvimento dos pais e encarregados de educação

Continuou-se a verificar:

- a) A falta de mecanismos internos de avaliação que permitam medir o grau de satisfação dos pais e encarregados de educação.
- b) A consistência da implementação do projecto "*Escola a Tempo Inteiro*", preconizado pelo Ministério da Educação, nas escolas onde já havia uma prática de gestão que previa o envolvimento e a co-responsabilização das Associação de Pais e dos pais em geral, a ligação entre os vários intervenientes, sendo notória a integração das dinâmicas no projecto educativo da escola e os benefícios alcançados para as crianças.

A relatora

Maria Emilia Bigotte de Almeida